

## **Análise das reverberações da intervenção psicossocial “Construindo Caminhos” no sistema prisional**

**Analysis of the reverberations of the psychosocial intervention “Construindo Caminhos” in the prison system**

**Análisis de las repercusiones de la intervención psicossocial “Construindo Caminhos” en el sistema penitenciario**

Recebido: 26/05/2024 | Revisado: 17/06/2024 | Aceitado: 22/06/2024 | Publicado: 26/06/2024

**Kamêni Jung Rolim**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0474-8414>  
Instituição Evangélica de Novo Hamburgo, Brasil  
E-mail: [kameniiungrolim@gmail.com](mailto:kameniiungrolim@gmail.com)

**Denise Falcke**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4653-1216>  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil  
E-mail: [dfalcke@unisinos.br](mailto:dfalcke@unisinos.br)

### **Resumo**

As penas privativas de liberdade atingem níveis alarmantes no Brasil, amplificando vulnerabilidades psicossociais. Considera-se que intervenções psicossociais em grupo com essa população são necessárias, especialmente para mitigar riscos à saúde. Diante disso, o presente estudo, de caráter misto, buscou avaliar a viabilidade da intervenção psicossocial “Construindo Caminhos”. As análises realizadas consideraram as perspectivas de diferentes atores: oito homens privados de liberdade que participaram dos 10 encontros grupais da intervenção e quatro policiais penais que trabalhavam no local. Os dados foram acessados através de entrevistas, instrumentos quantitativos e diários de campo, além do conteúdo dos livros produzidos pelos participantes como parte da intervenção. Identificou-se satisfação com a participação na intervenção, mudança de narrativas e de percepções sobre si e sobre os outros; a construção de planejamento de futuro e o aumento na sensação de bem-estar. Os policiais penais evidenciaram perceber mudança no comportamento dos participantes após a intervenção e consideraram ser uma atividade importante e necessária no contexto prisional, apesar de também manifestarem desconforto quanto às mudanças de rotina provocadas pela intervenção. Quanto aos aspectos quantitativos, foram identificadas mudanças individuais nos participantes da intervenção, mas contraditórias, em relação a aspectos da regulação emocional, aumento de comportamento interpessoal assertivo e expressão e manejo de raiva. É possível considerar que a intervenção “Construindo Caminhos” é viável ao sistema prisional brasileiro, pois fomenta fatores de proteção, importantes para mitigar danos e prevenir riscos à saúde. Tais indicadores são preliminares, carecendo de ensaios clínicos randomizados para aferição da eficácia e efetividade da intervenção.

**Palavras-chave:** Promoção de saúde; Sistema prisional; Intervenção psicossocial.

### **Abstract**

Prison sentences reach alarming levels in Brazil, amplifying psychosocial vulnerabilities. It is considered that group psychosocial interventions with this population are necessary, especially to mitigate health risks. Therefore, the present study, of mixed character, sought to evaluate the feasibility of the psychosocial intervention “Construindo Caminhos”. The analyzes carried out considered the perspectives of different actors: eight men deprived of their liberty who participated in the 10 group meetings and four penitentiary agents who worked in the place. Data were accessed through interviews, quantitative instruments and field diaries, in addition to the content of books produced by the participants. Satisfaction with the intervention, change in narratives and perceptions about oneself and others were identified; the construction of future planning and the increase in the feeling of well-being. Prison officers showed that they perceived a change in the behavior of the participants after the intervention and considered it to be an important and necessary activity in the prison context, although they also expressed discomfort regarding the changes in routine caused by the intervention. As for the quantitative aspects measured in those deprived of liberty, only individual, but contradictory, changes were identified in relation to aspects of emotional regulation, increased assertive interpersonal behavior and anger expression and management. It is possible to consider that Construído Caminhos is a viable health promotion intervention for the Brazilian prison system, as it promotes protective factors, which are important to mitigate damage and prevent health risks, which are potentiated by incarceration. Such

indicators are preliminary, lacking randomized clinical trials to assess the effectiveness and effectiveness of the intervention.

**Keywords:** Health promotion; Prison system; Psychosocial intervention.

### **Resumen**

Las penas de prisión alcanzan niveles alarmantes en Brasil, lo que amplifica las vulnerabilidades psicosociales. Se considera que las intervenciones psicosociales grupales con esta población son necesarias, especialmente para mitigar los riesgos para la salud. Por lo tanto, el presente estudio, de carácter mixto, buscó evaluar la factibilidad de la intervención psicosocial “Construindo Caminhos”. Los análisis realizados consideraron las perspectivas de diferentes actores: ocho hombres privados de libertad que participaron en las 10 reuniones grupales y cuatro agentes penitenciarios que laboraron en el lugar. Se accedió a los datos a través de entrevistas, instrumentos cuantitativos y diarios de campo, además del contenido de libros producidos por los participantes. Se identificaron satisfacción con la intervención, cambio en las narrativas y percepciones sobre uno mismo y los demás; la construcción de la planificación del futuro y el aumento de la sensación de bienestar. Los funcionarios penitenciarios manifestaron que percibieron un cambio en el comportamiento de los participantes tras la intervención y la consideraron una actividad importante y necesaria en el contexto penitenciario, aunque también manifestaron malestar por los cambios de rutina provocados por la intervención. En cuanto a los aspectos cuantitativos medidos en los privados de libertad, solo se identificaron cambios individuales, pero contradictorios, en relación con aspectos de regulación emocional, aumento del comportamiento interpersonal asertivo y expresión y manejo de la ira. Es posible considerar que Construindo Caminhos es una intervención de promoción de la salud viable para el sistema penitenciario brasileño, ya que promueve factores protectores, importantes para mitigar daños y prevenir riesgos para la salud, que son potenciados por el encarcelamiento. Dichos indicadores son preliminares, careciendo de ensayos clínicos aleatorizados para evaluar la eficacia y efectividad de la intervención.

**Palabras clave:** Promoción de la salud; Sistema penitenciario; Intervención psicosocial.

## **1. Introdução**

No Brasil, a assistência à saúde da população carcerária trata-se de um grande problema social, potencializada pelo processo de deterioração do sistema prisional a partir dos anos 1990, período em que o aumento exponencial do número de pessoas presas teve início (Dourado & Alves, 2019; Sánchez & Larouzé, 2016). Este processo segue até hoje, com o encarceramento em massa de pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade social (Rangel & Bicalho, 2017). Neste sentido, Massaro e Camilo (2017) salientam que este aumento, associado à ausência adequada de investimento nas estruturas prisionais, tem configurado as prisões como espaços precarizados, alguns deles impróprios para “convivência entre seres humanos” com celas superlotadas, estrutura física inadequada e dificuldades no acesso à água e alimentação de qualidade (Dourado & Alves, 2019, p. 48), o que pode trazer agravos à saúde. Considerados como espaços precários e insalubres (Soares Filho & Bueno, 2016), as prisões brasileiras se caracterizam pela ausência de condições sanitárias e déficits nas assistências previstas em lei, que incluem saúde, assistências jurídica, social e material, dentre outras (Lei n.º 7.210, 1984; Lei n.º 10.792, 2003).

Em um estudo que abrangeu 35 homens privados de liberdade, com idades entre 25 e 59 anos, Dourado e Alves (2019) identificaram que os dispositivos de saúde não atendem as pessoas privadas de liberdade da forma que seria prevista em lei. Alves, Dutra e Maia (2013), em estudo com população encarcerada composta por 65 homens e 42 mulheres, identificaram elevada presença de riscos à saúde, com sintomas psicopatológicos, em especial ansiedade e depressão. Ademais, durante a privação de liberdade, as pessoas vivenciam processos que acabam por gerar a introjeção da cultura do ambiente prisional, considerado por Nascimento et al. (2022) como um adestramento social, e que podem reverberar no comportamento verbal e não verbal (Bassani, 2016) e até mesmo na expressão das emoções e na forma de manejar conflitos. Esse processo de introjeção da cultura prisional é nomeado prisionização (Clemmer, 1940), e é considerado um processo de assimilação gradual no qual a pessoa assume a cultura de uma unidade social de forma a se tornar característico dela. Santos e Silva (2017), em um estudo qualitativo com sete egressos do sistema prisional de Minas Gerais, identificaram que, apesar do tempo decorrido e de já vivenciarem a liberdade há alguns anos, os participantes do estudo relatavam os impactos e sofrimento sentidos em relação

aos processos de adaptações que passaram durante o encarceramento. Tais processos pareciam ser algo ainda em andamento, pois seguiam vigilantes para não utilizarem o mesmo linguajar do período do aprisionamento.

Partindo da premissa de que o desenvolvimento humano ocorre na interrelação entre diferentes níveis contextuais (Bronfenbrenner, 1979/2002), evidencia-se o fenômeno da seletividade penal, que, conforme Zaffaroni (1998/2014), se dá através de estruturas de poder que operam a criminalização de grupos vulneráveis. Diante disso, torna-se fundamental compreender que, para além da conduta contrária às normas, marcadores sociais, em especial raça, classe e gênero, permeiam o fenômeno (Davis, 2018), com a prisão potencializando processos de exclusão social (Monteiro e Cardoso, 2013). No Brasil, muitas são as pessoas que vivenciam esse fenômeno, considerando as 811.707 pessoas em cumprimento de pena no país no ano de 2021 (Fair & Walmsley, 2021), o que coloca o Brasil em terceiro lugar do ranking dos países com maior população carcerária. Essa população costuma enfrentar maiores dificuldades em lidar com situações de conflito interpessoal, com emissão de respostas emocionais e comportamentais não assertivas, no ambiente prisional ou quando em liberdade (Illescas & Pueyo, 2007).

Considerando estes aspectos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021) preconiza que o trabalho da Psicologia no contexto prisional priorize a promoção de saúde para superação e mitigação dos riscos à saúde enfrentados no encarceramento, diminuindo a incidência de quadros clínicos (Mendes et al, 2022), focando planejamento da vida extramuros, desta forma garantindo direitos e processos ressocializadores (Almeida et al, 2022). Ademais, vários estudos internacionais (Rijo et al., 2007, Ross e Fabiano, 1985; Ross, Fabiano, Garrido e Gómez, 1993) salientam a promoção de saúde a partir do fomento a mudanças de comportamento e flexibilizações no processamento de informações sociais, visando diminuir comportamentos antissociais e aumentar a emissão de comportamentos pró-sociais, o que pode favorecer a vivência em liberdade sem reincidências criminais e o fortalecimento para lidar com os estigmas que o egresso do sistema prisional enfrenta (CFP, 2021).

A literatura nacional sobre a temática de intervenções psicossociais com pessoas privadas de liberdade está caracterizada basicamente por alguns relatos de experiência (Boechat & Kastrup, 2009; Guedes, 2006; Silva, Pimentel, Carvalho, Silva & Vasconcelos, 2017), além de relatórios (Subcomissão de Tratamento Penal/RS, 2017), que apresentam iniciativas sobre intervenções pontuais e breves, voltadas para a inserção da psicologia em programas que se baseiam, principalmente, no apoio psicossocial e jurídico, inserção no mercado de trabalho e incentivo à qualificação profissional, leitura e outros. Destacam-se também intervenções breves com utilização de filmes, seguidas de reflexões em grupo, como o Cine-Debate (Rolim, Penna e Falcke, 2020), que apresentou como principais resultados a humanização das relações e o fomento à autoestima das pessoas privadas de liberdade. Existe, então, uma lacuna de intervenções psicossociais em grupo sistematizadas que venham a promover a preparação para a liberdade a partir de mudanças em estilos comportamentais.

Visando suprir essa lacuna, foi elaborada uma intervenção psicossocial em grupo, composta por 10 encontros, personalizada ao sistema prisional brasileiro e que visa promover o comportamento assertivo e a regulação emocional. Essa intervenção, nomeada “Construindo Caminhos”, está ancorada no Pensamento Sistêmico (Bertalanffy, 1975; Capra, 1982, 1997), e é composta por 10 encontros, com duração de 1 hora e meia cada. A intervenção aborda a mudança de percepções sociais e o fomento a comportamentos pró-sociais a partir de 5 etapas: Comunicação, Percepções Sociais, Emoções, Relações Interpessoais e Resolução de Conflitos.

Neste sentido, destaca-se que o comportamento interpessoal assertivo é uma importante competência a ser considerada no comportamento pró-social, sendo compreendida como classes de resposta comportamental que envolvem a expressão de sentimentos, sejam eles positivos ou negativos, tomada de iniciativa, reconhecimento e gestão de limitações pessoais, e a defesa dos próprios direitos (Arrindell et al., 1988; Arrindell & Van der Ende, 1985). Silva (2012) buscou aferir mudanças no comportamento assertivo em participantes da intervenção “Aprender a Mudar” composta de 16 encontros e que está pautada na promoção de saúde a partir do fomento a competências para uma melhor adaptação interpessoal, seja privado

ou em liberdade. Foi possível aferir mudanças quanto à diminuição de desconforto frente à expressão de comportamentos negativos e o aumento de frequência na expressão de comportamentos assertivos.

A regulação emocional, por sua vez, pode ser considerada como sendo um conjunto de estratégias que são utilizadas por uma pessoa para manter, aumentar ou diminuir componentes de uma determinada resposta emocional, considerando os níveis fisiológicos, cognitivo, comportamental, experiencial e social (Gross, 1999). Consoante com Vaz, Martins e Martins (2008), a regulação emocional parece estar correlacionada positivamente com a diferenciação emocional, que é a capacidade de distinguir entre as emoções, incluindo as similares (Kang & Shaver, 2004), como por exemplo a raiva e a tristeza. Conforme Barret (1998), o conhecimento das emoções pode ser a base da avaliação do comportamento e da percepção, o que possibilita a regulação emocional ocorrer de forma adaptativa e assertiva. Neste sentido, identificam-se que duas estratégias de regulação emocional têm sido abordadas de forma mais focada em alguns estudos: a reavaliação cognitiva e a supressão emocional (Gross & John, 2003; Gross & Thompson, 2007; Vaz, Martins e Martins, 2008). A reavaliação cognitiva (Gross & Thompson, 2007) é uma estratégia que antecede a resposta emocional e possibilita que a sequência emocional seja alterada. Está associada à pessoa experimentar emoções positivas e diminuir emoções negativas. Já a supressão emocional centra-se na resposta emocional (Gross & Thompson, 2007), através da modificação do comportamento de expressão emocional. Conforme Srivastava et al. (2009), essa estratégia reduz experiências emocionais positivas e não reduz experiências negativas. Ademais, compromete o funcionamento social pois dificulta a elaboração de memórias relacionadas ao contexto social.

Considerando as relações destes aspectos à teoria do processamento de informação social (Dodge, 1986), os autores Rijo et al. (2007) construíram o Programa Gerar Percursos Sociais (GPS), com 40 sessões e que busca alterar comportamentos desadaptativos, distorções cognitivas, esquemas iniciais desadaptativos e regulação emocional em pessoas privadas de liberdade. Um estudo de eficácia, realizado em Portugal, por Brazão et al. (2018), com 121 homens privados de liberdade no grupo intervenção e 133 homens no grupo controle identificou que a intervenção promoveu, ao longo do tempo e considerando 3 recortes temporais distintos, aumento significativo no uso da estratégia de reavaliação cognitiva e diminuição do uso da supressão emocional. Já um outro estudo de eficácia, realizado com esta mesma amostra (Brazão et al., 2018), identificou que os participantes apresentaram significativo aumento no controle de raiva. Partindo disso, o presente estudo buscou avaliar a viabilidade da intervenção psicossocial “Construindo Caminhos”, ainda que de forma preliminar e em uma amostra pequena de conveniência, conforme critérios estabelecidos por Bowen et al. (2009)

## **2. Metodologia**

Consoante com Bowen et al. (2009), os estudos de viabilidade antecedem estudos padrão-ouro, que mensuram a efetividade ou a eficácia. Destaca-se que Bowen et al. (2009) estabeleceram 8 critérios para avaliação de estudos de viabilidade, os quais podem ser atingidos e elucidados a partir de dados coletados em instrumentos qualitativos e quantitativos (Shaughnessy et al., 2012). Diante disso, neste estudo busca-se aferir os critérios aceitabilidade/satisfação, implementação e testes limitados de eficácia. O critério aceitabilidade/satisfação busca avaliar como os participantes e as equipes envolvidas reagiram antes, durante e depois da intervenção; o critério implementação diz respeito à identificação dos sucessos e fracassos, bem como dos dificultadores presentes e que impactaram na realização da intervenção, possibilitando identificar ajustes que devem ser realizados com vistas à realização de estudos futuros. Já os testes limitados de eficácia permitem aferição de mudanças a partir de aspectos quantitativos.

### **2.1 Participantes**

Participaram do estudo oito homens privados de liberdade, que cumpriam pena em uma instituição prisional localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Os participantes apresentaram idades que variavam de 31 a 53 anos e quatro

cumpriam pena por homicídio; três cumpriam pena por tráfico e um por assalto. A participação foi voluntária e todos os participantes eram alfabetizados, com escolaridades que variaram de Ensino Fundamental incompleto a Ensino Médio completo. Destaca-se que seis participantes cumpriam pena em regime fechado e dois em regime semiaberto, sendo que foram alocados em três diferentes grupos. O número de participantes por grupo foi pequeno em função das medidas de contenção da COVID-19 vigentes na época. Eles participaram de todos os encontros da intervenção, que foram realizados no estabelecimento prisional.

Também integraram essa etapa do estudo policiais penais que acompanharam as intervenções. Tais profissionais são os responsáveis por planejar e desenvolver serviços de custódia, segurança e vigilância das pessoas privadas de liberdade, bem como realizar ações de apoio ao atualmente denominado tratamento penal (Lei Complementar n.º 13.259, 2009), que contempla as ações psicossociais realizadas no contexto. Participaram desse estudo quatro profissionais, sendo uma mulher e três homens, todos com ensino superior completo e com idades que variavam de 30 a 44 anos. No que tange ao tempo de experiência, variou de 2 a 11 anos na função.

## 2.2 Instrumentos

Os oito homens privados de liberdade participaram dos 10 encontros da intervenção psicossocial “Construindo Caminhos” em três pequenos grupos, sendo que a pesquisadora registrou cada encontro realizado em Diário de Campo, instrumento que foi utilizado para realização da análise qualitativa. Além disso, a análise contemplou o conteúdo dos livros que foram elaborados pelos participantes durante a intervenção. Cada grupo de participantes construiu um livro, de forma colaborativa, no qual foram registrados os aspectos que mais chamaram a atenção deles acerca do conteúdo de cada encontro, para que a obra servisse como um registro de memórias. Foram três livros escritos, um por cada grupo, que foram intitulados: *Caminhos da Liberdade*, *Construindo sonhos: unidos pela paz* e *Novo Começo* (2021). Ademais, a fim de verificar o potencial da intervenção, os instrumentos abaixo elencados foram aplicados em 2 momentos distintos: no primeiro e no último encontro.

*Emotion Regulation Questionnaire (ERQ)*. O ERQ (Gross & John, 2003) é uma escala de 10 itens que mensura a tendência de regular as emoções de duas distintas formas. A primeira é a reavaliação cognitiva, quando a pessoa ao se deparar com uma situação estressante, pensa na situação de forma que a ajude a ficar calma. A segunda forma é a supressão expressiva, que se refere a quando a pessoa sente emoções positivas mas não as expressa. Cada questão é respondida pelo participante em uma escala Likert de 7 pontos, que varia de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo plenamente). A versão em português da escala (Dinis & Pinto-Gouveia, 2007) apresenta o alfa de Cronbach de 0,65 para supressão emocional e 0,76 para reavaliação cognitiva.

*State-Trait Anger Expression Inventory (STAXI 2)*. Desenvolvido por Spielberger (2010), o STAXI 2 avalia a experiência e expressão da raiva, considerando duas dimensões: estado de raiva e traço de raiva. O primeiro refere-se a um estado emocional de intensidade variável e o segundo a predisposição mais estável, como tendência a reagir com mais frequência a intensos estados de raiva. É um questionário de autorrelato, composto por 44 itens. Estudo realizado por Azevedo et al (2010) com amostra brasileira apresentou coeficiente alfa de Cronbach de 0,84. Para este estudo, as escalas e subescalas foram avaliadas utilizando os coeficientes alfa de Cronbach apresentados no Manual, considerando o gênero e faixa etária.

*Escala de Comportamento Interpessoal – Versão Reduzida (ECI-R)* (Vagos & Pereira, 2010). Composta por 25 itens, que são avaliados em duas dimensões: uma avalia a intensidade de desconforto sentido em eventos sociais potencialmente ativadores de uma resposta assertiva (ECI-r desconforto) em uma escala de respostas que variam desde 1 (nada) até 5 (extremamente). Já a outra escala avalia a frequência de prática de comportamento assertivo nesses mesmos eventos (ECI-r comportamento), variando desde 1 (nunca) a 5 (sempre). O instrumento é composto pelas seguintes subescalas, que serão apresentadas com seus respectivos alfa de Cronbach, conforme a Tabela 1:

**Tabela 1 - Subescalas do ECI-R.**

Subescala	Definição	(ECI-r desconforto)	ECI-r comportamento
Assertividade negativa	Expressão de sentimentos negativos, como expressar discordância	$\alpha = 0,78$	0,67
Expressão e gestão de limitações pessoais	Pedir ajuda e lidar com críticas e pressão	$\alpha = 0,71$	$\alpha = 0,67$
Assertividade de iniciativa	Tomar iniciativa em situações sociais	$\alpha = 0,76$	$\alpha = 0,72$
Assertividade positiva	Expressar afetos positivos, como afeto ou agradecimento	$\alpha = 0,78$	$\alpha = 0,75$
Escala completa	-	$\alpha = 0,90$	$\alpha = 0,85$

Fonte: Vagos & Pereira (2010).

Além das quatro escalas de autorrelato, no primeiro encontro os participantes responderam a ficha de dados de identificação, que continha questões para conhecer aspectos de seu perfil sociodemográfico, além do Mini Exame do Estado Mental - MEEM (Seabra et al., 1990). Já os policiais penais foram convidados a emitir suas percepções durante e ao término das intervenções, através de uma entrevista semiestruturada, realizada presencialmente por uma das Agente Penitenciárias, ao passo que os demais agentes optaram por encaminhar suas percepções através da ferramenta Whatsapp.

### 2.3 Procedimentos éticos e de coleta de dados

Inicialmente, a realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, conforme o número de parecer 3.986.297; também recebeu a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa no Sistema Penitenciário, da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Destaca-se que a pesquisa foi realizada em consonância com a Resolução 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (2016). A coleta de dados ocorreu no ano de 2021, tendo início pela divulgação da pesquisa, que ocorreu a partir da entrega de um cartaz informativo a uma pessoa presa que desempenhou a função de divulgar o convite de participação aos demais, considerando o número limite de vagas. Os interessados em participar foram chamados e alocados em três grupos concomitantes de tamanhos reduzidos para atender as recomendações da SUSEPE em função da pandemia de COVID-19: um grupo no regime fechado, outro grupo na cozinha do regime fechado e um terceiro grupo no regime semiaberto. No primeiro e no último encontro os participantes responderam aos instrumentos quantitativos de pesquisa, que foram abordados em outro estudo de avaliação da intervenção. Destaca-se ainda que todos tiveram participação em todos os 10 encontros do Construindo Caminhos.

### 2.4 Análise dos dados

Os dados qualitativos foram analisados a partir da Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), método de análise reflexiva que possibilita identificar, organizar e interpretar padrões em dados qualitativos. O método foi realizado em seis etapas distintas, conforme preconizado por Braun e Clarke (2006), a saber: “Familiarização dos dados”, etapa onde ocorreu a transcrição e revisão dos dados. Em seguida, ocorreu a etapa “Gerando códigos iniciais”, onde os dados foram codificados de modo sistemático, para na sequência ocorrer a etapa 3, “Busca de Temas”, onde os códigos foram reunidos em temas potenciais. Já a Etapa 4, denominada “Revisando os temas”, tratou da checagem da funcionalidade dos temas considerando o banco de dados como um todo. Na Etapa 5, “Definindo e nomeando temas”, foram refinados os detalhes de cada tema e das



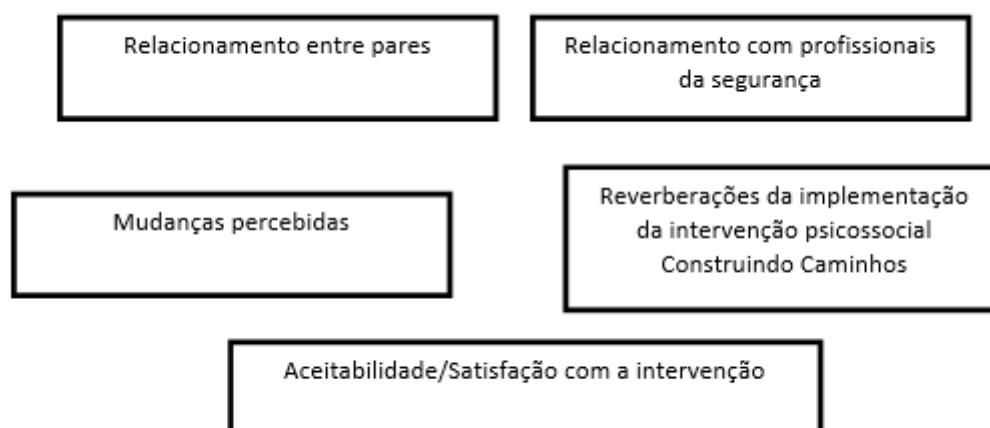
narrativas que os caracterizam, o que precedeu a etapa 6, “Produzindo o relatório”, que forneceu o relato científico para análise, com apresentação dos temas definidos, caracterizados por exemplos narrativos.

Já a fim de aferir as mudanças promovidas pela intervenção, os dados dos instrumentos de autorrelato foram analisados a partir do “Método JT”, desenvolvido por Jacobson e Truax (1991). Tal método permite inferir a confiabilidade e a significância clínica das mudanças e consiste na realização de análise comparativa entre escores pré e pós intervenção. Para aferir se as diferenças entre esses momentos representam mudanças confiáveis e se são clinicamente relevantes, propõe a realização de refinados cálculos matemáticos (Del Prette & Del Prette, 2008). Cabe salientar que o conceito de significância clínica está atrelado à redução de problemas ou a maximização de medidas de ajustamento. Conforme Del Prette e Del Prette (2008), tal método é realizado a partir de dois processos que se complementam: o primeiro é o cálculo da confiabilidade das alterações mensuradas entre a avaliação pré e avaliação pós-intervenção, descrita em termos de um Índice de Mudança Confiável (IMC); e análise do significado clínico dessas alterações.

### 3. Resultados e Discussão

A análise qualitativa temática possibilitou a identificação de cinco temas, conforme mapa temático representado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa temático.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

O primeiro tema, “Relacionamento entre pares”, versa sobre as percepções dos participantes privados de liberdade sobre a importância das relações estabelecidas no grupo. O segundo tema “Relacionamento com profissionais da segurança” aborda as reflexões, na intervenção, sobre as experiências, no passado e atuais, com profissionais da área da segurança pública, como Policiais penais e Policiais Cíveis e Militares. O terceiro tema, “Mudanças percebidas”, diz respeito aos relatos sobre o quanto a participação na intervenção promoveu mudanças nas percepções sobre si, sobre o outro e sobre futuro. Já o quarto tema “Reverberações da intervenção psicossocial Construindo Caminhos” apresenta aspectos dos impactos percebidos pelos diferentes atores sociais envolvidos. Considera-se que esses quatro temas se relacionam diretamente ao critério Implementação (Bowen et. Al, 2009) na avaliação da viabilidade da intervenção, haja vista que versam sobre aspectos do processo vivenciado durante a intervenção. Por fim, será apresentada a temática “Aceitabilidade/Satisfação com a Intervenção”, que possibilitará subsídios para responder ao critério aceitabilidade/satisfação proposto por Bowen et. al (2009).

### 3.1 Relacionamento entre pares

Este tema apresenta as percepções dos participantes acerca das relações estabelecidas com os demais integrantes do grupo. Foi identificado que, apesar de coabitarem nas mesmas celas e conviverem 24 horas por dia, somente durante os encontros do Construindo Caminhos permitiram-se “olhar olho no olho” (Participante 1), pois dentro da cela “Tem horas que não dá pra ficar mostrando os dentes. Que tem coisa que é melhor guardar pra si” (Participante 3). Contudo, “Quem guarda só pra si o que sente vai ficando pesado” (livro *Novo Começo*, 2021). A necessidade de pensar em novas formas de se relacionar e se comunicar entre os pares foi destacada como conteúdo importante, como se observa no excerto a seguir: “Aprender um com o outro, conversar sobre o que cada um acha certo” (livro *Construindo Sonhos, unidos pela paz*, 2021). Considerando que o processo de prisionização (Clemmer, 1940) propicia o estabelecimento de relações pautadas pela desconfiança e por violências, bem como a adoção de uma postura de masculinidade estereotipada, a percepção de que, no espaço do grupo, foi possível vivenciar relações de confiança e expressar emoções, pode ser vista como uma importante reverberação, que pode ser ampliada também para as relações extra-muros: “Existe um laço que nos conecta a cada pessoa, pois vivemos em comunidade” (livro *Caminhos da Liberdade*, 2021).

Nesse sentido, destaca-se que, no primeiro encontro, todos os participantes mostraram-se reservados, sendo que, a partir do segundo encontro, passaram a emitir suas opiniões e a verbalizar percepções de forma mais espontânea. Identificou-se ainda o reconhecimento da importância do respeito e a existência de múltiplas percepções sobre um mesmo evento: “É necessário saber lidar com as percepções que as pessoas têm sobre nós” e que é importante “Ver de vários pontos de vista” (livro *Novo Começo*, 2021). Cabe salientar que além da comunicação entre os pares, os participantes apresentaram reconhecimento sobre ser “possível melhorar a forma de se expressar, a forma de dizer” (livro *Construindo sonhos, unidos pela paz*, 2021), o que está em consonância com a proposta do grupo de fomentar comportamentos interpessoais assertivos. Sendo a comunicação um aprendizado (Rijo et al., 2007), identifica-se sua importância como um fator de proteção para o estabelecimento de relações salutaras entre os pares no contexto prisional.

Ademais, importante destacar que as discussões propostas pelos participantes acerca desses temas foram atravessadas por relações de gênero, haja vista o reconhecimento de que a forma de lidar e se relacionar foi aprendida a partir de percepções sociais sobre o que é ser homem. O tema verbalizado pelo Participante 1 é emblemático nesse sentido: “[...] aprendeu que raiva, tristeza... tudo bota pra dentro, não é pra expor, pois não pode ficar fragilizado.” Foi considerado que falar sobre os sentimentos no grupo favoreceu rever os estereótipos de gênero, mas também o fortalecimento dos vínculos com os pares. Tais aspectos dialogam diretamente com Lena e Gonçalves (2021), que salientam que a promoção de mudanças individuais e sociais, além do reconhecimento da garantia de direitos, são aspectos fundamentais com este público-alvo. Os resultados deste tema permitem inferir que mudanças nesses aspectos foram atingidas de forma qualitativa, a partir de mudanças relacionais.

### 3.2 Relacionamento com profissionais de segurança

Essa temática versa sobre a análise da importância da intervenção para a compreensão das relações estabelecidas com profissionais da segurança em diferentes momentos da vida dos participantes. Tal tema emergiu nos encontros que versaram sobre percepções sociais, onde foi abordado o tema estereótipos e seguiram nos demais encontros, sendo tema de alguns dos *role plays* realizados. Salienta-se ainda que os participantes relataram situações passadas onde vivenciaram abordagens policiais que foram permeadas por reações extremas de ansiedade e reações agressivas, muitas vezes de ambas as partes. Além das lembranças dessas situações, a realização da intervenção psicossocial no ambiente prisional possibilitou a vivência de situações em que policiais penais e policiais militares se aproximaram dos locais onde os grupos estavam ocorrendo, em especial no grupo realizado na cozinha e no anexo. Aqui cabe destacar que essa peculiaridade foi abordada no contrato do grupo estabelecido no primeiro encontro, pois trabalhou-se com um contrato de sigilo. Por isso, quando essas eventuais



aproximações ocorriam, as discussões eram cessadas e o grupo retomava as discussões após todos os participantes sinalizarem estar de acordo.

Um dos comentários emitidos durante uma dessas interações pode ser considerado como uma forma sutil de boicote, denotando a complexidade dessas relações. Um policial penal, ao se aproximar e verificar que havia papéis e canetas em cima da mesa, verbalizou: “se a dona disse pra fazer desenho, tenho pena de quem desenhou um palhaço... já rodou no Psicotécnico” e saiu rindo. O desenho de um dos participantes era de um palhaço. Diante do evidente desconforto percebido, a Coordenadora interveio verbalizando: “Gente, podem ficar bem descansados que não tem essa de Psicotécnico. O objetivo aqui é outro, de vocês expressarem o que pensam falando e, também, no desenho, nesse caso. Não tem certo ou errado.” O Participante que fez o desenho disse: “quero dizer que gostei muito dessa atividade, bah! Fazia um tempo que eu não desenhava.”

Sobre estes aspectos, Costa (2004) aponta que o trabalho de profissionais da Segurança Pública tem sido permeado por relações violentas nas práticas de controle social. Considerando esse aspecto e o papel desempenhado pelo Policial penal em relação à manutenção da ordem e da disciplina, Ribeiro et al. (2019), em estudo com 13 profissionais da região metropolitana de Belo Horizonte, identificaram que as vivências dos agentes de segurança se assemelhavam com a de homens privados de liberdade, inclusive com repercussões para as redes pessoais dos mesmos, que assim com a dos apenados, encontravam-se restritas. Tal aspecto denota que tanto as pessoas privadas de liberdade quanto os Policiais penais são impactados pelos processos de prisionização (Clemmer, 1940) e que tais profissionais acabam por vivenciar relações mais restringidas ao ambiente prisional. Cloward (1968), Goffman (1961) e Kauffman (1981) apontam sobre os códigos de conduta que regem as relações no sistema prisional e pode-se considerar que alguns dos comportamentos observados, como o descrito acima, podem ser reflexos desse processo promovido pela prisionização, que fomenta relações pautadas pela agressividade e desconfiança.

Cabe ainda destacar que em uma dessas outras ocasiões de aproximação de profissionais da Segurança Pública, um dos participantes mudou a postura e a expressão facial, demonstrando desconforto com a presença de um policial militar, que ficou à distância observando o grupo por alguns minutos. Depois, explicitou que “essa é minha postura de alerta, de quem vai apanhar em seguida”. Já numa outra situação, onde um policial penal se aproximou e dialogou com o grupo por alguns minutos, esse mesmo participante referiu:

*[dessa vez] a mão não suou. A diferença é o jeito que chega, que aborda... Se a BM naquele dia tivesse dito: pega essa pedra [pega uma pedra do chão e simula estar trocando-a de lugar] e coloca ali, eu me negaria. Hoje, se isso fosse pedido, eu faria. O jeito de falar, a forma, faz a diferença.*

Com isso, foi possível identificar que os participantes passaram a refletir sobre fatores relacionais complexos envolvidos nessas interações com profissionais da área da Segurança Pública. Reflexões sobre esses aspectos mostram-se consonantes com a proposta paradigmática da intervenção, que está ancorada no Pensamento Sistêmico (Bertalanffy, 1975; Capra, 1982, 1997). Reconhecer e se responsabilizar pelo próprio comportamento nas interações é um fator de proteção importante e pode diminuir possível reatividade. Pensar sobre outras formas de comportamento que podem apresentar quando essas interações ocorrerem, especialmente por identificarem que, na condição de egressos do sistema prisional, as abordagens policiais ocorrerão com mais frequência por serem “visados” (Participante 4), pode ser considerado um importante resultado qualitativo. O participante 5, sobre esse aspecto, refere:

*Na interpretação [role play] sobre o homem que esqueceu o RG e os dois policiais que pararam ele, é até fácil de resolver, porque o homem pode dizer: ‘ah, me esqueci da carteira em casa, mas vamos até lá que eu pego’, porque na verdade não é crime esquecer os documentos. Ia dar certo se os policiais fossem tranquilos e aceitassem numa boa [dialogar]’. Destaca-se aqui que essa reflexão foi realizada de forma contextualizada e pautada no reconhecimento de que o comportamento comunicacional adotado pode facilitar ou dificultar interações, incluindo abordagens policiais.*

Por outro lado, o que é um dos mais importantes resultados nessa categoria, são os momentos em que foi possível observar interações salutares, pautadas pelo respeito e humanização. Considera-se significativo que, no último encontro, dois policiais penais envolveram-se ativamente na aquisição de cordas para a utilização de um violão, que foi tocado em todos os grupos, a partir de sugestões dos próprios participantes. Além de garantir as condições de uso do equipamento, um dos policiais penais, ao ouvir que o violão estava desafinado, se aproximou, abriu em seu próprio aparelho celular um aplicativo de afinação e colaborativamente com o participante privado de liberdade fez a afinação do instrumento. Tal ação foi valorizada pelos participantes do grupo como um aspecto positivo. Entende-se assim o potencial da intervenção, não só de promover mudanças na compreensão dos participantes sobre os processos de interação com os agentes de segurança, como a própria mudança nos padrões relacionais estabelecidos no sistema prisional, com vistas a relações mais humanizadas. Por outro lado, destaca-se que, para que mudanças sistêmicas ocorram de forma a mitigar os processos de prisionização, a atenção aos Policiais penais também se faz necessária. Nesse sentido, Azevedo et al. (2012) e Nery (2012) refletem sobre a importância da formação continuada para sensibilização dos Policiais penais sobre estes aspectos em suas práticas diárias.

### **3.3 Mudanças percebidas**

No período de dez semanas de realização da intervenção psicossocial Construindo Caminhos, identificou-se que algumas mudanças foram percebidas pelos participantes em relação a si mesmos, aos outros e às suas perspectivas de futuro. Em relação ao autoconceito, que é a percepção sobre si, o Participante 2 referiu: “hoje em dia tem sido mais fácil se valorizar: antes não era assim, mas é preciso olhar pro que tem de bom”. O Participante 4 afirmou que o contexto do encarceramento potencializa sentimentos negativos e que “se o cara não se sente bem, só olha pro que tem de ruim, daí fica arrasado.” Em complemento, o Participante 1 disse: “derrotado age como derrotado”. Pode-se analisar o quanto o processo de encarceramento impacta na autopercepção (Santos & Silva, 2017), o que fica evidenciado no relato do Participante 5: “É que antes [da prisão] eu era um trabalhador, agora sou o lixo da sociedade e isso dá muita tristeza”. Esse mesmo participante referiu que o Construindo Caminhos o auxiliou a refletir sobre outras possibilidades de pensar sobre si mesmo e também enalteceu a importância da fé e da espiritualidade para enfrentamento dos desafios do encarceramento: “Que o curso tem ajudado a pensar mais e que só por Deus, só pela fé, para lidar com tudo isso”. Complementando esse aspecto, a fala:

*Ao longo dessas 10 semanas, pudemos vivenciar a prática de assuntos abordados no projeto, fazer parte de um trabalho como esse nos coloca para refletir um pouco, primeiramente sobre nós mesmos e por consequência nas nossas atitudes... Agora tenho feito um sério questionamento: É a verdade? É a minha verdade? Ou devo apenas engolir? (livro Caminhos da Liberdade, 2021)*

Já em relação à percepção sobre os outros, foi apontado ser: “Necessário saber lidar com as percepções que as pessoas têm de nós” e que “Não adianta tentar mudar o pensamento o outro” (livro *Novo Começo*, 2021). Também apareceu o tema do

reconhecimento de que, apesar da possibilidade eminente de lidarem com o preconceito quando forem egressos do sistema prisional, poderão também encontrar pessoas acolhedoras e que tenham uma postura de não julgamento, conforme demonstra esse excerto que ocorreu após a realização de um *role play*:

*Pode ser que num grupo algumas pessoas recebam a gente de volta, de um jeito simpático, acolhedor e puxem assunto. Talvez algumas pessoas sejam até educadas, mas não tão 'animadas'. [...] mas quem tá retornando precisa se integrar no grupo de novo, igual a todo mundo.” (Participante 3).*

Sobre estes aspectos, Hader et al. (2020), em uma revisão sistemática sobre as vivências de quem saiu do sistema prisional, afirmam que a adaptação frente aos preconceitos e estigmas impostos pela sociedade é o principal desafio a ser enfrentado. Apesar dos artigos da revisão mencionarem a existência de programas de apoio à reinserção destes egressos, os autores refletem sobre como a sociedade não está preparada para receber essas pessoas. Pode-se afirmar que o preconceito amplifica vulnerabilidades vivenciadas por essa população e, nesse sentido, o Construindo Caminhos mostrou-se como uma intervenção que pode potencializar mudanças de percepções, o que pode culminar em estratégias de enfrentamento mais adaptativas para pré-egressos do sistema prisional.

Quanto às percepções sobre o futuro, a fala do Participante 1 parece emblemática ao expor a esperança em vivenciar situações melhores, ao mesmo tempo que vivenciam o medo da rejeição, de modo antecipatório:

*O \*apelido\* tem de ficar dentro da cadeia e tem de sair o \*nome próprio\*. Eu vejo que é bem isso mesmo. Aqui dentro eu sou o \*apelido\*, falo grosso, ríspido, que nem bandido... Tenho um pouco de medo de como vai ser quando eu sair. Não posso pedir um remo [uma colher] lá fora.*

Esse receio quanto a seguir utilizando a “língua da cadeia” (Bassani, 2016) nas relações extramuros apareceu evidenciado também na fala do Participante 3: “(...) quando meu irmão saiu da cadeia ele falava coisas que não faziam sentido e agora percebo que falo igual. Ele pedia semente ao invés de ovo, por exemplo(...)”. Diante disso, referiram que mais do que lembrar de comportamentos esquecidos, terão de provavelmente aprender comportamentos novos ou reaprender, como forma de lidar com a realidade que encontrarão. Tais resultados vão ao encontro do estudo qualitativo realizado por Santos e Silva (2017), quando referem que os participantes do estudo utilizavam o linguajar da cadeia quando falavam sobre as experiências vividas durante o encarceramento, o que permite refletir sobre o quanto o impacto da aculturação vivenciada durante o cárcere pode seguir reverberando quando a pessoa é egressa do sistema prisional. Nesse sentido, a preocupação manifesta pelos participantes mostra-se um fator que pode ser considerado protetivo e explicita a presença de pensamento crítico sobre o contexto vivenciado.

Ademais, foi possível identificar falas significativas acerca da reavaliação sobre a experiência de encarceramento. O Participante 6 referiu que “(...) sente-se prensado, como se estivesse dentro de um torno”, referindo-se a todo o contexto de precarização e vulnerabilidades sofridas (Soares Filho & Bueno, 2016). Apesar disso, alguns participantes apresentam uma ressignificação dessa experiência, buscando valorizar aprendizados adquiridos. O Participante 5 traz a analogia de uma pessoa voar de asa delta pela primeira vez e ser um atleta: “(...) o que muda é o hábito. Não quero esquecer de coisas que aprendi na prisão: calma, paciência e mansidão, isso vou levar junto.” Tal aspecto denota uma alteração de narrativa, o que numa perspectiva construcionista pode ser considerado um importante fator de mudança (Morgan, 2007)

### 3.4 Reverberações da implementação da intervenção Psicossocial Construindo Caminhos

Nessa temática, destacam-se as mudanças na rotina do estabelecimento prisional para implementação da intervenção: “Às vezes é difícil sair da rotina” (livro *Novo começo*, 2021). Conforme o Participante 4: “a gente ouve: ah, o preso na cozinha tá ocupado, tem sempre o que fazer. É mentira! Aqui é rotina, panela... mas 17h a gente tá sozinho”. A inserção do Construindo Caminhos com os privados de liberdade trabalhadores da Cozinha foi permeada por desafios, pois, a depender da alimentação que iriam produzir, isso gerava ajustes no horário do grupo. Foram necessários diálogos com os participantes e com os policiais penais a fim de estabelecer de um horário de referência. O mesmo ocorreu com o grupo no regime fechado: “A gente não queria incomodar, mas mudou o horário da cantina e queremos que o grupo continue” (Participante 3). Interessante destacar que o grupo fez esse movimento de solicitar ajuste no horário de realização do encontro, a fim de garantir sua manutenção. Também se salienta que é possível afirmar que esses ajustes foram determinantes para ocorrência e manutenção dos encontros.

Ademais, nessa categoria apresentam-se as percepções dos Policiais penais, coletadas nas entrevistas. A Policial penal 1 referiu que o Construindo Caminhos possibilitou a ela perceber aspectos que antes não eram evidenciados em sua rotina laboral: “Conversei com o Participante 2, ele tá motivado, ele tem planos, quer trabalhar, tá buscando uma chance. Eu não sabia que ele era tão qualificado”. Também comentou que se surpreendeu ao observar o comportamento dos participantes no grupo, que estavam engajados: “Passava e via que eles estavam participando, parece que gostando de estar ali... tem gente que só precisa de uma oportunidade”. Ademais, foram identificados excertos significativos de falas sobre a importância da atividade, como o retorno de que: “É muito relevante, tem de ter mais grupos assim” (Policial penal 3).

Nessa categoria, também se destaca que o encontro de encerramento de cada um dos grupos foi permeado por uma confraternização, elaborada pelo grupo e que em todos houve o pedido para que houvesse música, que foi tocada por integrantes de cada grupo. O livro *Caminhos da Liberdade* (2021) traz a letra da música que foi composta pelo Participante 2, chamada “O Amor é um dom supremo”, que foi elaborada especialmente para celebrar o momento e que narra aspectos da vivência em diferentes etapas da vida e os aprendizados fortalecidos pela participação na intervenção psicossocial. Destaca-se o reconhecimento de um processo de mudança “Eu sigo em frente, fortalecendo a corrente de um modo diferente” frente aos vários desafios enfrentados na vida “Quando ainda era moleque vários testes me colocaram em xeque, mas não houve mate; acabei como destaque, hoje um novo homem sou graças a Deus”. Essa parte da letra também remete à espiritualidade, aspecto que em diferentes momentos foi exaltado pelos integrantes como um importante fator para enfrentamento dos desafios vivenciados no cárcere (Galúcio, 2012). Além disso, a letra remete à tomada de decisão, como pode ser observado na frase “Eu pesei na balança e me apossei da minha herança, conquistei minha família”; além de manifestação de esperança com o futuro: “A humildade é bom, tudo tem sua medida; viver é muito bom, basta saber viver a vida com perseverança; passamos dificuldades mas estamos preparando o caminho da liberdade.”

### 3.5 Aceitabilidade/Satisfação com a intervenção

A divulgação da intervenção psicossocial foi realizada utilizando os mecanismos já em vigor no estabelecimento prisional, que foi de entregar um cartaz informativo para uma pessoa privada de liberdade divulgar entre os demais e preencher uma lista com o nome dos interessados. No Regime Fechado e no Anexo, essa divulgação foi realizada por pessoas privadas de liberdade que faziam a função de planilheiro (Bassani, 2016) e na Cozinha foi entregue para uma pessoa que trabalhava na função de cozinheiro no local. Foi divulgada a informação sobre o número limite de vagas, em decorrência da pandemia da COVID-19. Todas as vagas foram preenchidas, o que pode indicar a aceitabilidade do meio de divulgação (Bowen et al, 2009).

Outro aspecto que corrobora a aceitabilidade é que os participantes, espontaneamente, verbalizaram que indicavam que outras pessoas participassem, inclusive trazendo nomes de pessoas com quem conversaram e que manifestaram o interesse

de participar em edições futuras. Além de recomendar que outras pessoas participem “Isso tinha que ter pra todos, tinham de participar todos que estão aqui” (Participante 2), foi pontuado que gostariam que tivesse maior duração e uma continuidade, com novas edições “Vai ter na próxima semana, né? Bem que podia” (Participante 3). Segue fala significativa, do Participante 1, que se encontra no livro *Caminhos da Liberdade* (2021): “Quando me candidatei ao programa não sabia que durariam 10 semanas e por já estar no direito de progressão de regime, achei e avisei que talvez não completaria o programa, mas enfim, cá estamos, queria estar em casa, confesso, mas foi um prazer ter feito parte do programa. Deixo aqui meus sinceros agradecimentos e também minha gratidão [...]”.

No que tange às reações antes, durante e depois da intervenção psicossocial, foi possível observar que os participantes, nos três distintos grupos, foram mais retraídos no primeiro encontro e depois mostraram-se participativos e engajados ao longo da intervenção. Já em relação aos Policiais penais, antes de todos os encontros ocorrerem, manifestaram questionamentos reiterados sobre os objetivos da atividade e a duração da intervenção: “E pra que isso vai servir?” e “Ainda continua? Quando que isso vai acabar?”. Também ocorreram situações nas quais Policiais penais indicaram não ser possível realizar a atividade, mudando o discurso após a Direção do estabelecimento prisional se aproximar do local de aplicação. Por outro lado, ao final da intervenção, manifestaram considerar que o trabalho realizado foi importante. O desconforto manifestado por estes profissionais corrobora a afirmação de Mello, Silva, Rudnick e Costa (2017) de que ações que modificam a rotina do estabelecimento prisional são percebidas como ameaçadoras pelos policiais penais.

### **3.6 Testes limitados de eficácia**

Em relação à mensuração de mudanças nos participantes do “Construindo Caminhos”, a partir do “Método JT”, desenvolvido por Jacobson e Truax (1991), foram aferidos os seguintes índices de mudança confiável (RCI), conforme mostra a Tabela 2 a seguir:

**Tabela 2 - Índices de mudança confiável (RCI).**

ERQ	P1			P2			P3			P4			P5			P6			P7			P8		
	Pré	Pós	RCI	Pré	Pós	RCI	Pré	Pós	RCI	Pré	Pós	RCI	Pré	Pós	RCI	Pré	Pós	RCI	Pré	Pós	RCI	Pré	Pós	RCI
Supressão emocional	5,25	2,75	2,41*	4	6,5	-2,41*	6,25	6,25	0	5	4,5	0,48	6,75	6,25	0,48	6,5	6	0,48	6	6,75	-0,7	4,25	6	-1,69
Reavaliação cognitiva	4,83	4,33	0,62	3,16	5,33	*-2,68	4	6,75	-3,39*	3,33	5,83	-3,08*	4	5,5	-1,9	6,5	4,83	2,06*	5	5,33	-0,4	3,83	5,16	-1,64
STAXI 2																								
Estado de raiva	29	25	3,20*	16	18	-1,6	15	17	-1,6	15	15	0	16	16	0	17	16	0,8	15	22	-5,6*	36	20	12,79*
Sentimento de raiva	10	10	0	6	8	-2,84*	5	7	-2,84*	5	5	0	6	6	0	5	7	-2,84*	5	7	-2,84*	12	10	2,84
Vontade de expressar raiva verbalmente	13	10	3,40*	5	5	0	5	5	0	5	5	0	5	5	0	5	5	0	5	8	-3,4*	11	5	6,80*
Vontade de expressar raiva fisicamente	6	5	1,62	5	5	0	5	5	0	5	4	1,62	5	5	0	5	5	0	5	14	-14,58*	10	5	8,10*
Traço de raiva	21	18	1,41	21	21	0	17	14	1,41	10	10	0	13	14	-0,5	11	10	0,47	27	25	0,94	17	16	0,47
Temperamento de raiva	10	10	0	11	10	0,8	7	8	-0,8	6	6	0	7	6	0,8	6	6	0	17	13	3,2	10	9	0,8
Reação de raiva	11	8	1,72	10	11	-0,57	10	6	2,29	4	4	0	6	8	-1,1	5	4	0,57	10	12	-1,1	7	7	0
Expressão de raiva para fora	8	15	0	21	22	-0,57	12	12	0	9	9	0	11	9	1,13	9	9	0	19	18	0,57	14	11	1,7
Expressão de raiva para dentro	17	21	-1,15	24	24	0	11	18	-2,01*	9	9	0	13	13	0	15	10	1,44	23	20	0,86	25	13	3,45*
Controle de raiva para fora	24	23	0,33	28	30	-0,65	20	26	-1,96	22	32	-3,26	24	27	-1	29	32	-0,98	22	18	1,3	15	15	0
Controle de raiva para dentro	23	23	0	28	30	-0,86	18	27	-3,86*	26	32	-2,57*	26	24	0,86	26	29	-1,29	29	26	1,29	18	8	4,29*
Índice de expressão de raiva	26	36	-1,15	37	34	0,34	33	25	0,92	18	2	1,83	22	19	0,34	17	6	1,26	39	42	-1,5	54	49	0,57
ECI																								
Desconforto	68	77	-1,57	50	41	1,57	62	67	-0,87	66	54	2,09*	55	49	1,04	76	59	2,96*	58	78	-3,48*	51	71	-3,48*
Assertividade negativa	19	22	-0,95	17	15	0,63	23	19	1,26	25	14	3,47*	19	21	-0,6	31	18	4,10*	20	21	-0,3	14	19	-1,58
Expressão e gestão de limitações pessoais	16	22	-2,28*	16	6	3,80*	14	22	-3,04*	15	12	1,14*	12	10	0,76	13	14	-0,38	16	20	-1,5	13	17	-1,52
Assertividade de iniciativa	19	13	2,09*	6	11	-1,74	13	10	1,04	13	11	0,7	13	16	-1	12	15	-1,04	13	19	-2,09*	10	17	-2,43*
Assertividade positiva	14	20	-2,18*	11	9	0,73	12	16	-1,45	13	17	-1,45	11	12	-0,4	20	12	2,90*	19	18	0,36	14	18	-1,45
Frequência de comportamento	83	82	0,15	100	98	0,29	61	74	-1,92	68	71	-0,44	84	90	-0,9	50	70	-2,95*	58	80	-3,24*	77	80	-0,44
Assertividade negativa	21	23	-0,5	20	24	-1	18	22	-1	18	16	0,5	25	29	-1	11	19	-2,00*	14	21	-1,8	24	21	0,75
Expressão e gestão de limitações pessoais	23	20	0,95	27	29	-0,63	14	17	-0,95	19	19	0	22	24	-0,6	10	17	-2,21*	17	22	-1,6	18	16	0,63
Assertividade de iniciativa	21	17	1,27	29	24	1,59	13	21	-2,54*	15	19	-1,27	20	20	0	13	19	-1,91	15	21	-1,9	18	20	-0,64
Assertividade positiva	18	22	-1,2	24	21	0,9	16	14	0,6	16	17	-0,3	17	17	0	16	15	0,3	12	16	-1,2	17	23	-1,8

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).



Conforme pode ser observado, comparando os resultados pré e pós-teste do conjunto de participantes, não se identificou mudança clínica confiável em nenhuma das dimensões avaliadas. Contudo, foi possível identificar mudanças individuais, em alguns dos fatores aferidos, mas em diferentes direções, ou seja, algumas indicando melhora clínica significativa e outras, piora.

Na avaliação da regulação emocional, verificou-se que, no que tange à reavaliação cognitiva, que possibilita experimentar mais emoções positivas em detrimento de emoções negativas, a partir da mudança da sequência emocional (Gross & John, 2003), houve mudanças positivas, considerando o aumento na utilização desta estratégia em três participantes. Tais dados poderiam ser vislumbrados como indicadores de viabilidade da intervenção psicossocial para fomentar a utilização de estratégias assertivas para manejo de emoções (Brazão et al., 2018). Contudo, um participante apresentou diminuição significativa de utilização dessa estratégia, indo de encontro ao esperado como objetivo da intervenção. Além disso, os outros quatro participantes não apresentaram mudança clínica confiável nessa dimensão. Considerando que a reavaliação cognitiva pode permitir à pessoa tomar decisões de forma menos reativa emocionalmente, fomentar o uso desta estratégia é de suma importância.

No que tange à supressão emocional, que também é uma das dimensões aferidas no constructo da regulação emocional, dois participantes apresentaram mudanças em direções distintas, enquanto os outros seis não apresentaram alteração significativa. A redução na utilização dessa estratégia para regular emoções representa maior funcionalidade social (Srivastava et al., 2009), o que foi observado somente em um participante (Participante 1 [P1]). A ocorrência de aumento na utilização desta estratégia, observada em outro participante (Participante 2 [P2]), que não era esperado que a intervenção psicossocial “Construindo Caminhos” promovesse, gera importantes reflexões. Propõe-se avaliar se o aumento no uso da supressão emocional pode ser considerado um fator de piora ou pode estar relacionado à utilização de comportamento que, em alguma medida, é fomentado como estratégia de sobrevivência no contexto prisional, destacando que a intervenção promoveu a discussão contextualizada de comportamentos que podem ser assertivos ou não a depender do contexto. Neste sentido, Clemmer (1940), ao abordar a prisionização, destaca que mudanças em relação à expressão de emoções acompanham este processo. Suprimir emoções parece ser “adequado” neste cenário, contudo, a longo prazo, pode se tornar disfuncional e está associado a riscos à saúde. Considerando que os demais participantes não apresentaram mudanças nessa dimensão, destaca-se a necessidade de este aspecto ser mais bem abordado em estudos futuros.

No que se refere à raiva, foi aferida mudança clínica significativa em relação ao estado de raiva, que é a intensidade desse sentimento em um determinado momento, e ao sentimento de raiva, que se refere à intensidade desse sentimento experimentado na atualidade, e que se apresentou aumentado no pós-teste em relação ao pré-teste em cinco dos participantes. Ainda que esse resultado não fosse esperado, infere-se sobre a possibilidade de que o trabalho de reconhecimento das emoções possa ter permitido com que os participantes acessassem o sentimento de raiva de uma forma mais livre como uma emoção humana que não precisa ser reprimida, mas manejada de uma forma adequada (Barret, 1998; Kang & Shaver, 2004). Como nenhum participante apresentou mudança em relação ao traço de raiva, tais mudanças podem ser compreendidas como uma experiência transitória (Spielbeger, 2010), ou seja, são situacionais e não refletem raiva crônica, o que seria um fator de risco. O mesmo ocorre com a vontade de expressar raiva verbal e fisicamente, que diminuiu em dois participantes e aumentou em um participante. Já o temperamento de raiva, que se refere à disposição para sentir raiva sem provocações específicas diminuiu em um participante, assim como a reação de raiva. Ambos os aspectos podem ser compreendidos como uma diminuição da reatividade, o que é salutar.

Em relação à expressão da raiva, identificou-se que um participante apresentou aumento na expressão de raiva para fora e um participante apresentou aumento na expressão de raiva para dentro, ao passo que um participante apresentou

diminuição, denotando mudanças na forma com que expressam estes sentimentos. Neste sentido, destaca-se que um participante apresentou concomitantemente aumento na expressão de raiva para dentro e apresentou aumento no controle de raiva para dentro, o que denota o investimento de energia para se acalmar e reduzir a raiva sentida. O aumento do controle de raiva para dentro foi identificado em três participantes e o controle de raiva para fora foi identificado em apenas um participante.

No que se refere aos dados aferidos na Versão Reduzida da Escala de Comportamento Interpessoal (Vagos & Pereira, 2010), que mensura o desconforto ao ser assertivo e a frequência de prática de comportamento assertivo, conforme pode ser observado na Tabela 1, os resultados mostram-se bastante contraditórios, com dois participantes tendo mudança clínica de melhora e dois participantes apresentando piora, o que também se repetiu nas diferentes dimensões da escala. Em estudo com adolescentes portugueses utilizando essa mesma escala, Vagos, Pereira e Arrindel (2014) observaram uma relação inversamente proporcional entre desconforto e aumento na frequência da prática de comportamentos assertivos. Contudo, isso não se observa no presente estudo, já que se identificou que, apesar do aumento do desconforto, houve mudança no que diz respeito à frequência de comportamento assertivo (medida geral). O aumento na emissão de comportamentos assertivos, em algumas dimensões, em especial em assertividade negativa, expressão e gestão de limitações pessoais e assertividade de iniciativa permitem refletir sobre o potencial da intervenção para o aumento da expressão de comportamentos assertivos. Contudo, a intervenção parece não ter atingido o objetivo de promover a diminuição de desconforto frente a estes comportamentos.

No geral, observa-se que, dos oito participantes, sete tiveram mudanças clínicas significativas em diferentes dimensões avaliadas e somente um deles não apresentou nenhuma mudança na comparação pré e pós teste (P5). Todavia, as mudanças clínicas identificadas, em vista da melhora em algumas dimensões e piora em outras, indicam a necessidade de uma avaliação mais precisa sobre os fatores que podem ter ocasionado esses resultados, demandando a realização de um estudo de avaliação da eficácia e efetividade da intervenção antes da sua implementação.

#### **4. Considerações Finais**

Os resultados aferidos permitem afirmar que, em relação aos participantes, a implementação da intervenção psicossocial Construindo Caminhos foi exitosa, considerando sua proposta de promoção de saúde. Por outro lado, em relação ao critério aceitabilidade/satisfação, identifica-se que os Policiais penais manifestaram desconforto durante toda a intervenção psicossocial, apesar do reconhecimento da importância da oferta de trabalhos em grupo no contexto prisional. No presente estudo, o compartilhamento de informações sobre os objetivos e configuração da intervenção foi realizado com os Policiais penais de forma prévia a cada encontro, sendo indicado que isso seja mantido e até mesmo intensificado em aplicações futuras.

Em relação aos participantes, manifestações de aceitabilidade em relação aos meios de divulgação, o desejo de continuidade e a recomendação para que outras pessoas participassem de edições futuras denota sucesso. Contudo, foram apenas oito participantes, sendo necessário estudos com um número maior de pessoas para aferição adequada destes aspectos, assim como para a avaliação da eficácia/efetividade da intervenção.

Comparando os resultados pré e pós-teste, não se identificou mudança clínica confiável considerando o grupo como um todo, o que não permite confirmar a viabilidade da intervenção proposta por meio do estudo realizado. Além disso, foi possível identificar mudanças clínicas confiáveis em escores individuais, em alguns dos fatores aferidos, mas em diferentes direções, conforme os participantes. Sem dúvida, esses dados podem indicar que a intervenção não teve potencial de gerar as mudanças almejadas, seja por ter sido muito breve ou por alguma outra razão a ser investigada em estudo com um maior

número amostral. Todavia, a complexidade da avaliação de uma intervenção deve também considerar os aspectos que podem ter ocasionado a ausência de melhora clínica confiável, dentre eles a brevidade da intervenção, com pequeno intervalo entre pré e pós-teste, a ausência de medida de *follow-up*, o pequeno número amostral e a dificuldade no preenchimento dos instrumentos.

Destaca-se que um dos participantes verbalizou dificuldades em compreender o que estava sendo perguntado nos instrumentos, necessitando de auxílio para responder. Ainda que os demais não tenham manifestado dificuldade, chama atenção que as respostas são muito diferentes mesmo para itens que avaliam a mesma dimensão. Considera-se que tal aspecto deve ser levado em consideração para novos estudos. Apesar dos instrumentos escolhidos estarem pertinentes às características dos participantes, escolaridade de ensino fundamental incompleto pode ser um fator dificultador para compreensão das questões, que é potencializada pelas características do contexto, em especial a ausência de uma iluminação adequada e os constantes ruídos externos que ocorreram durante as aplicações.

Identifica-se que a intervenção psicossocial foi qualitativamente muito bem avaliada e possibilitou a alguns participantes ampliar a exposição de sentimentos negativos, solicitar a outras pessoas que mudassem o comportamento, expressão de discordância e defesa dos próprios direitos e aumento na expressão e limitação de gestões pessoais, que envolve pedir ajuda e lidar com críticas, além do aumento na assertividade de iniciativa, que envolve tomar iniciativa em situações sociais. Todavia, os dados quantitativos contraditórios obtidos não permitem garantir a viabilidade da intervenção proposta. Considerando que foi realizada somente com oito participantes, em contexto pandêmico e, especialmente, que os dados quantitativos aqui apresentados não são coerentes com a avaliação qualitativa, ressalta-se a necessidade de condução de novos estudos para avaliação da eficácia/efetividade da intervenção.

## Referências

- Almeida, R. S. de, Maciel, J. C. F., Medeiros, R. F. de, Gadelha, H. S., Castro Filho, H. M., Santos, S. A. dos, Varejão, M. da S., & Marques, A. T. (2022). Garantia dos direitos humanos e o processo de ressocialização no sistema prisional. *Research, Society and Development*, 11(2), Artigo e34911225443. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25443>
- Alves, J., Dutra, A., Maia, Â. (2013) História de adversidade, saúde e psicopatologia em reclusos: comparação entre homens e mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 701-709.
- Arrindell, W. A., Sanderman, R., Van der Molen, H., Van der Ende, J., & Mersch, P.-P. (1988). The structure of assertiveness – A confirmatory approach. *Behaviour Research and Therapy*, 26(4), 337-339. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(88\)90087-3](https://doi.org/10.1016/0005-7967(88)90087-3)
- Arrindell, W. A., & Van der Ende, J. (1985). An empirical test of the utility of the observations-to-variables ratio in factor and components analysis. *Applied Psychological Measurement*, 9(2), 165-178. <https://doi.org/10.1177/014662168500900205>
- Azevedo, F. B., Wang, Y-P., Goulart, A. C., Lotufo, P. A., & Benseñor, I. M. (2010). Aplicação do inventário de expressão de raiva estado-traço de Spielberger em pacientes clínicos. *Arq. Neuro-Psiquiatr.* 68(2), 231-234. <https://doi.org/10.1590/S0004-282X2010000200015>.
- Azevedo, R. O., Silva, M. M., & Barros, D. M. V. (2012). O papel do agente penitenciário no processo de humanização no presídio do Distrito Federal-Colméia. *Projeção, Direito e Sociedade*, 3(1), 252-266
- Barrett, L. F. (1998). Discrete emotions or dimensions? The role of valence focus and arousal focus. *Cognition and Emotion*, 12(4), 579-599. <https://doi.org/10.1080/026999398379574>
- Bassani, F (2016). *Visita íntima: sexo, crime e negócios nas prisões*. Bestiário.
- Bertalanffy, L. (1975). *Teoria Geral dos Sistemas*. Vozes.
- Boechat, M.; Kastrup, V. (2009). A experiência com a literatura em uma instituição prisional. *Psicologia em Revista*., Belo Horizonte, 15(3), 22-40.
- Bowen, D. J., Kreuter, M., Spring, B., Cofta-Woerpel, L., Linnan, L., Weiner, D., Bakken, S., Kaplan, C. P., Squiers, L., Fabrizio, C., & Fernandez, M. (2009). How we design feasibility studies. *American Journal of Preventive Medicine*, 36(5), 452-457. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2009.02.002>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Brazão, N., Rijo, D., Salvador, M. d. C., & Pinto-Gouveia, J. (2018). Promoting emotion and behavior regulation in male prison inmates: A secondary data analysis from a randomized controlled trial testing the efficacy of the growing pro-social program. *Law and Human Behavior*, 42(1), 57-70. <http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000267>

Bronfenbrenner, U. (Ed.). (2004). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Sage.

Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, Trad.). Artmed. (Original publicado em 1979).

Capra, F. (1982) *O Ponto de Mutação*. Cultrix.

Capra, F. (1997). *A Teia da Vida*. Cultrix.

Clemmer, D. (1940). *The prison community* (1a ed.). Holt, Rinehart and Winston.

Cloward, R. (1968). The Prevention of Delinquent Subcultures: Issues and Problems. In J. R. Stratton, R. M. Terry (Ed.) *Prevention of Delinquency: Problems and Programs*. Macmillan.

Conselho Federal de Psicologia (2021). *Referências Técnicas para a atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema Prisional*. Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-psicologas-os-no-sistema-prisonal/>

Costa, A. T. M. (2004). *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. FGV.

Davis, A. (2018) *Estarão as prisões obsoletas?*. Difel.

Del Prette, Z.A.P., & Del Prette, A. (2008). Significância Clínica e mudança confiável na avaliação de Intervenções Psicológicas. *Psicol Teor Pesqui.*, 24(4), 497-505. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000400013>

Dinis, A., & Pinto Gouveia, J. (2007). *Versão portuguesa do Questionário de Regulação Emocional – QRE*. [Manuscrito não publicado].

Dodge, K. A. (1986). A social information processing model of social competence in children. In M. Perlmutter (Ed.), *Minnesota Symposia on Child Psychology. Cognitive perspectives in children's social and behavioral development*, vol. 18 (pp. 77-125). Lawrence Erlbaum Associates, Enc.

Dourado, J. L. G., & Alves, R.S.F. (2019). Panorama da saúde do homem preso: dificuldades de acesso ao atendimento de saúde. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 39(96), 47-57. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2019000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2019000100006&lng=pt&tlng=pt).

Galúcio, I. A. S. (2012) Os impactos da Assistência Religiosa no Processo de Ressocialização dos presos. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*, vol.1 (pp. 1219-1238). <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/124/87>

Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. Perspectiva.

Gross, J. J. (1999). Emotion regulation: Past, present, future. *Cognition and Emotion*, 13(5), 551-573. <https://doi.org/10.1080/026999399379186>

Gross, J.J., & John, O.P. (2003). Individual differences in two emotion regulation processes: Implications for affect, relationships, and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 348-362. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.2.348>

Gross, J. J., & Thompson, R. A. (2007). Emotion regulation: Conceptual foundations. In J. J. Gross (Ed.), *Handbook of emotion regulation* (pp. 3-24). Guilford.

Guedes, M.A. (2006). Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(4), 558-569. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000400004>

Hader, T. Z., Vaz, D. C., & Silva, A. M. B. da. (2020). Egressos Do Sistema Prisional: Uma Revisão Sistemática Da Literatura Nacional. *Revista Mundi Sociais e Humanidades*, 5(2), 90-1-90-18. <https://doi.org/10.21575/25254774rmsh2020vol5n21069>

Illescas, S. R., & Pueyo, A. A. (2007). La psicología de la delincuencia. *Papeles del Psicólogo*, 28(3), 147-156.

Jacobson, N.S., & Truax, P. (1991) Clinical significance: a statistical approach to defining meaningful change in psychotherapy research. *J Consult Clin Psychol*. 59(1), 12-9.

Kang, S., & Shaver, P. (2004). Individual differences in emotional complexity: their psychological implications. *Journal of Personality*, 72(4), 687-726.

Kauffman J.M. (1981) Social policy issues in special education and related services for mildly emotionally disturbed children and youth. In M.M. Noel. & N.G. Haring (Eds.) *Issues in educating the seriously emotionally disturbed*. Program Development Assistance System.

Lei complementar n.º 13.259, de 20 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Quadro Especial de Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe –, criado pela Lei n.º 9.228, de 1º de fevereiro de 1991, e dá outras providências. Assembleia Legislativa, Estado do Rio Grande do Sul. <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lec%20n%C2%BA%2013.259.pdf>

Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984. (1984, 11 de julho). Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm)

Lei n.º 10.792, de 1º de dezembro de 2003. (2003, 1º de dezembro). Altera a Lei n.º 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.792.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.792.htm)

Lena, M.S., & Gonçalves, T.R. (2021). (Re)existência e potência de vida: práticas integrativas e complementares em saúde para presos. *Physis*, 31(02). <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310212>

Massaro, C.M., & Camilo, M.V.R.F. (2017, julho 5-8). Sistema prisional, direitos humanos e sociedade: relato de experiência das faculdades de ciências sociais e serviço social da PUC-Campinas (SP). [Comunicação]. *5º Encontro Internacional de Política Social/12º Encontro Nacional de Política Social. 1(1). Anais do encontro internacional e nacional de política social*. Vitória, ES, Brasil.

Mello, P. V., Silva, J. C., Rudnick, D.; Costa, A. P. M. (2017). Pesquisa empírica no Sistema prisional, constituindo experiências. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 4(3). <https://doi.org/10.19092/reed.v4i3.273>

Mendes, J. M., Silva, K. C., Silva, B. M. J., Barros, G. G., Silva, G. A., Carneiro, N. S. P., Santana, S. S., Santos, V. W. S., & Pimentel, A. R. (2022). O trabalho do psicólogo jurídico no processo de ressocialização do apenado. *Research, Society and Development*, 11(16), Artigo e286111638304. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38304>

Monteiro, F.P., & Cardoso, G.R. (2013). A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. Dossiê: Violência e Sociedade. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, 13(1). <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.1.12592>

Morgan, A. (2007). *O que é terapia narrativa? Uma introdução de fácil leitura*. Pacartes.

Nascimento, G. C. R., Silva, S. A., Silva, G. C., Rocha, M. V. C., & Oliveira, K. C. P. N. (2022). Atrás das grades: efeitos causados pelo encarceramento no homem privado de liberdade e ações de promoção a saúde no âmbito do sistema prisional. *Research, Society and Development*, 11(9), Artigo e23011931608. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31608>

Nery, T. R. A. (2012). *Da ética à poética do ser servidor penitenciário*. Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas.

Rangel, F. M.; & Bicalho, P. P. G. (2017). O alongamento do tempo de prisão e a violação de direitos na custódia de presos no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(3), 473-483. <https://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4304>

Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. (2016, 24 de maio). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Conselho Nacional de Saúde. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

Ribeiro, L. M. L., Oliveira, V. N., Crepalde, N., Bastos, L. M., Maia, Y. C. (2019). Agentes penitenciários aprisionados em suas redes?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34(10). <https://doi.org/10.1590/3410115/2019>

Rijo, D., Sousa, M. N., Lopes, J., Pereira, J., Vasconcelos, J., Mendonça, M. C., Silva, M. J., Ricardo, N., & Massa, S. (2007). *Gerar Percursos Sociais: Programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento social desviante*. Equal.

Rolim, K.I., Penna, M.N., & Falcke, D. O cine debate como dispositivo para promoção de saúde na prisão: relato de experiência [no prelo]. Escola de Saúde, Unisinos.

Ross, R., & Fabiano, E. (1985). *Time to think: A cognitive model of delinquency prevention and offender rehabilitation*. Institute of Social Sciences and Arts.

Ross, R., Fabiano, E., Garrido, V., & Gómez, A. (1993) *El pensamiento prosocial*. MEPSA.

Sánchez, A., & Larouze, B. (2016). Controle da tuberculose nas prisões, da pesquisa à ação: a experiência do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2071-2080.

Santos, T.M., & Silva, L.C.A. (2017). Os sujeitos egressos prisionais e o processo de (re)inserção social. *Psicologia em Revista*, 23(3), 975-993. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n3p975-993>

Seabra M.L.V., Concilio G., Villares J.B., & Carlini E.A. (1990) Avaliação do teste "Mini-mental state" em voluntários e pacientes brasileiros. *Rev Bras Psiquiatr*, 12(1/4), 1-29.

Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia*. AMGH.

Silva, A. S., Pimentel, E., Carvalho, B. A., Silva, L. F., & Vasconcelos, R. (2017, setembro 27-29). Reconstruindo Elos: uma experiência de extensão no espaço das prisões e nas unidades socioeducativas de Alagoas. [Apresentação em Grupo de Trabalho]. *Anais 3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão*. Recife, PE, Brasil. <https://sinteseeventos.com.br/site/3eipp/gt8.pdf>

Silva, V. P. B. da (2012). Promoção de competências em contexto prisional: avaliação de eficácia. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro]. RIA – Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/9339>

Soares, M. M. Filho, & Bueno, P. M. M. G. (2016). Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. *Ciênc Saúde Coletiva*, 21(7), 1999-2010.

Spielberger, C. D. (2010) *Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço (S.T.A.X.I. 2): Manual Técnico*. Vetor.

Srivastava, S., Tamir, M., McGonigal, K. M., John, O. P., & Gross, J. J. (2009). The social costs of emotional suppression: A prospective study of the transition to college. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(4), 883-897. <https://doi.org/10.1037/a0014755>

Subcomissão de Tratamento Penal (2017). *Relatório final subcomissão especial sobre tratamento penal*. Comissão da Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. [http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp\\_m505/SubTratamento%20Penal/Relat%C3%B3rio%20Final%20Subcomiss%C3%A3o%20Tratamento%20Penal.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/SubTratamento%20Penal/Relat%C3%B3rio%20Final%20Subcomiss%C3%A3o%20Tratamento%20Penal.pdf)

Vagos, P., & Pereira, A. (2010). Escala de Comportamento Interpessoal: Adaptação para a língua portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 8(1), 37-49.

Vagos, P., Pereira, A., & Arrindell, W. (2014). Validação da versão reduzida da escala de comportamento interpessoal para adolescentes Portugueses. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(3), 452-461. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427305>

Vaz, F. M., Martins, C., & Martins, E. C. (2008). Diferenciação emocional e regulação emocional em adultos portugueses. *PSICOLOGIA*, 22(2), 123-135. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i2.350>

Fair, H., & Walmsley, R. (2021). *World Prison Population List*. (13a ed.) World Prison Brief, Institute for Crime & Justice Policy Research. [https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world\\_prison\\_population\\_list\\_13th\\_edition.pdf](https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_13th_edition.pdf)

Zaffaroni, E.R. (2014). *Em Busca das Penas Perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. (V. R. Pedrosa & A. L. Conceição, Trans.). Renan. (Original publicado em 1998).